

Uma história do livro e suas leituras



A history of book and its readings

Estamos longe no espaço e no tempo da cidade grega de Pérgamo (9.000 a.C) e do Sacro Império Romano-Germânico (1454), quando inovações tecnológicas facilitaram as práticas da escrita e da leitura. Percorreu-se uma longa história até que na década de 1970 a “nova história” tornasse a escrita e a leitura objetos de investigação de alto apelo historiográfico. Seu enfoque tinha como objetivo pensar as práticas de leitura associadas à história dos suportes de acomodação da escrita.

Se o processo de fabricação e divulgação dos livros sofreu um salto qualitativo gigantesco com a invenção da prensa de Johannes Gutenberg – o livro nasce com os sumérios por volta do ano 3.200 a.C. na Mesopotâmia, atual Iraque –, a invenção da máquina impressora de tipos móveis já havia ocorrido na China por Pi Sheng e, segundo alguns historiadores, a “prensa” já existia em outras partes do mundo.

O formato de livro, como conhecemos hoje, o chamado códice, não é e nunca foi o único existente. Antes dessa encadernação de capa e páginas montadas em sequência, despontaram outras formas como os escritos em papiros e pergaminhos. Atualmente, também há novidades, como o áudiolivro e o livro eletrônico (*e-book*). No entanto, os livros só puderam ser feitos no Brasil a partir de 1808, quando a família Real portuguesa se mudou para cá e trouxe uma máquina impressora. Antes disso, era crime ter uma tipografia no país.

Estas fontes históricas (textos impressos) que foram legadas para a posteridade servem de embasamento para que os historiadores possam realizar o seu trabalho de investigação. Durante muito tempo, consideravam-se somente as fontes escritas como fontes históricas, mas, a partir do século XIX, um leque de novas fontes começou a ser explorado pelos historiadores. Afinal, de acordo com Marc Bloch, tudo que o homem produziu, de caráter material ou imaterial, pode fornecer informações sobre ele.¹

Um dos principais representantes dos estudos sobre a história da leitura, o historiador Roger Chartier, dedicou-se a perceber o impacto que as práticas de leitura exerceram no que ele denominou “comunidades interpretativas” ao longo da história. A relação que mantemos hoje com a leitura, por exemplo, se liga intimamente às construções de hábitos sociais dependentes da tecnologia, como a tela de computador e a internet. E é exatamente Chartier que abre nosso dossiê. Em “Buscando os in-quarto: materialidade do livro e significado do texto”, ele discute como as formas afetam os sentidos e o faz analisando o “formato in-quarto entre os séculos XVI e XVIII e opõe a frequência desse

¹ Cf. BLOCH, Marc *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 79.

formato em Espanha e Inglaterra à reticência francesa”. Mais: sustenta que, na esteira da investigação dos usos do formato in-quarto, é possível “enfatizar as relações móveis que existem entre uma obra, seus múltiplos textos e seus vários leitores e leituras”.

Seguem-se textos de outros cinco pesquisadores afinados com o tema da história do livro e da leitura. Procedente da Alemanha, acolhemos o estudo de Thomas Fischer e Nelson Chacón, “Produção e recepção de um livro de viagem: *Reise in Brasilien in den Jahren, 1817-1820*, de Johann Baptist von Spix y Carl Friedrich Philipp von Martius”, no qual analisam a produção e recepção de um relatório sobre viagem ao Brasil entre 1817 e 1820. Já “Ler como censor: censura em Portugal, na França e no Vaticano entre o final do século XVIII e início do XIX”, de Márcia Abreu, mostra “algumas das formas pelas quais letrados reagiram a obras de literatura, a partir do exame de pareceres elaborados por censores ligados à Sagrada Congregação do Índice, no Vaticano, e ao poder real, em Portugal e na França, entre o final do século XVIII e o início do XIX”.

Na sequência, “Da Batalha dos Três Reis aos relatos de naufrágios: sobre notícias e popularidade nos séculos XVI e XVII”, André Belo busca compreender a “relação entre certos textos e a prévia circulação de notícias e mensagens no tecido social, em Portugal e na Europa da época moderna”. Por último, Luiz Carlos Villalta, em “Leituras e apropriações da História na defesa geral dos acusados de lesa-majestade pela participação na Revolução de 1817”, detém-se na análise das defesas escritas pelo advogado Antonio Luiz de Brito Aragão e Vasconcelos e suas parcerias com outros dois advogados, Manoel Gonçalves da Rocha e Luís de França de Ataíde e Mojedro. E, em meio a isso, o autor se volta, ainda, para o exame de “pensadores das Luzes” como Barão de Montesquieu, Cesare Beccaria e Pascoal de Melo Freire.

Recebam, pois, esta contribuição – mais uma, entre tantas – para pensarmos, sob diferentes prismas, os intrincados caminhos do livro e a leitura.

Marcos Antonio de Menezes
Organizador do dossiê